



Pandemia

COVID-19

Impacto laboral em Arqueologia

**Resultados de inquérito submetido à
comunidade de trabalhadores de arqueologia**

(entre 8 e 25 de Maio de 2020)

30 de Junho 2020

Resumo

O sector laboral de arqueologia divide-se, sobretudo, em público (que, em parte, por via da DGPC e DRC, desempenha funções tutelares sobre o sector) e privado (empresas de arqueologia que funcionam muito com base na alocação de trabalhadores, em regime de subempreitadas, tanto em obras públicas, como de carácter particular). Uma parte dos profissionais está também ligada à academia. Tanto em meio privado, como académico predominam os vínculos precários.

Durante a pandemia COVID-19 o sector da construção civil não parou, formalmente, no entanto, desde o seu início, verificou-se o adiamento de algumas empreitadas projectadas e a diminuição de algumas equipas. O STARQ auscultou as empresas do sector e estas assinalaram que vários trabalhadores estão em casa com filhos menores 12 anos e outros estão em teletrabalho (nomeadamente os que têm vinculo laboral, os trabalhadores do quadro ou com contrato a prazo), referindo também que embora os trabalhos tenham continuado as equipas sofreram uma redução parcial e os novos trabalhos foram adiados.

Com o objectivo de avaliar de forma mais detalhada os impactos imediatos da pandemia no sector arqueológico nacional o STARQ conduziu um inquérito *online* aos trabalhadores em arqueologia logo em Março¹, cujos resultados mais relevantes foram apresentados em relatório autónomo. Esse relatório foi enviado para o Ministério da Cultura (e DGPC), Ministério da Economia, Ministério das Infraestruturas, Ministério da Ciência e Ensino Superior, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Comissão Parlamentar de

¹ O inquérito foi disponibilizado no dia 25 de Março de 2020 tendo sido encerrado no dia 31 de Março. pode ser consultado em:
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScV85dKNLDOgHkZ6DICvYwlrYwTe6Tq1fWtEGFtXyOv9avB4Q/viewform?usp=sf_link



Cultura, partidos Os Verdes e Iniciativa Liberal e deputada não inscrita Joacine Katar Moreira (não integrantes da Comissão Parlamentar de Cultura) e para a comunicação social.

Na sequência da rápida evolução da situação pandémica e das respectivas medidas estatais de apoio, o STARQ realizou um segundo inquérito², cujos resultados aqui se apresentam.

² O inquérito foi disponibilizado no dia 8 de Maio de 2020 tendo sido encerrado no dia 25 de Maio. Pode ser consultado em:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfIT47VNYqtdjN2xiCNkEscBnrtA3ePj2DHpnROadPBSXKIiQ/viewform?usp=sf_link

Índice

- 1 – Âmbito do Inquérito
 - 2 – Caracterização da Amostra
 - 3 – Sexo
 - 4 - Idade
 - 5 – Grau de formação
 - 6 – Duração da actividade em arqueologia
 - 7 – Função exercida
 - 8 – Sector de actividade
 - 9 – Regime laboral
 - 10 – Pandemia COVID-19
 - 10.1 – Situação laboral actual
 - 10.2 - Sobre a redução de pessoal nas entidades empregadoras
 - 10.3 - Sobre o tipo de solução que levou à redução de pessoal nas entidades empregadoras
 - 10.4 - Sobre o cumprimento das condições de higiene e segurança no trabalho
 - 10.5 - Sobre o número de horas de trabalho em regime de teletrabalho
 - 10.6 - Sobre a perda de rendimentos em regime de teletrabalho
 - 10.7 – Sobre a solicitação de um apoio laboral/social no âmbito da crise pandémica
 - 10.8 – Qual o apoio social/laboral solicitado
 - 10.9 – Opinião sobre a diminuição de rendimento em Abril
 - 10.10 – Opinião sobre a diminuição de rendimento nos próximos três meses
 - 11– Comentários/Queixas/Propostas
 - 12 – Considerações Finais
- Ficha técnica

1 – Âmbito do Inquérito

Na sequência do surgimento da pandemia de COVID-19 foram adoptadas pelo Governo, sob recomendação da DGS, várias medidas profilácticas de contenção e mitigação que afectaram o normal funcionamento da vida dos cidadãos e instituições, tais como as rotinas laborais.

Na área de actividade da Arqueologia, o primeiro impacto sentido pelo STARQ relacionou-se com o incumprimento das normas de higiene e segurança recomendadas pela DGS nos locais de trabalho e com a inexistência de Planos de Contingência por parte das empresas de arqueologia e empreitadas com trabalhos arqueológicos. Verificadas essas falhas, o STARQ estabeleceu contactos com as empresas de arqueologia, recomendando a elaboração e implementação de Planos de Contingência (sendo que alguns dos planos nos foram remetidos pelas entidades) e reafirmando a necessidade de se aplicarem as recomendações da DGS nos locais de trabalho (tendo elaborado e divulgado publicamente um conjunto de recomendações específicas para a actividade arqueológica em obra).

Após o encerramento das escolas, e mantendo-se grande parte das equipas de Arqueologia a trabalhar normalmente, tornou-se pertinente para o STARQ auscultar os trabalhadores do sector (associados e não associados) sobre a continuidade ou não da sua actividade, os apoios que pensavam solicitar e a sua opinião sobre a acção governativa de resposta à pandemia. Para tal, foi elaborado um questionário *online*, anónimo, posteriormente divulgado junto dos associados por *e-mail* e à restante comunidade arqueológica através das redes sociais (*Facebook*, *Instagram* e *mailing list Archport*).

Passado cerca de um mês e meio do primeiro inquérito o STARQ considerou relevante realizar uma segunda auscultação aos trabalhadores de Arqueologia de modo a ter dados mais concretos sobre o impacto progressivo da pandemia e das medidas de mitigação no sector laboral da arqueologia.



Este segundo inquérito, em complemento com o primeiro, constitui uma ferramenta poderosa para detectar as dificuldades do sector.

O inquérito divide-se em sete partes: uma primeira de identificação do perfil do inquirido (sexo, idade, grau de formação, duração da actividade em arqueologia, função), uma segunda sobre o perfil da actividade (sector de actividade e regime laboral), uma terceira com a caracterização da situação laboral em época de pandemia (situação actual da actividade laboral, se existiu ou não redução de pessoal na entidade empregadora do inquirido e qual o meio utilizado para essa redução), uma quarta sobre a opinião do inquirido acerca do cumprimento das condições de segurança e higiene no trabalho, uma quinta sobre o teletrabalho, uma sexta sobre se o inquirido iria ou não solicitar apoios sociais e, finalmente, uma sétima parte sobre a diminuição de rendimentos. Havia ainda espaço aberto para queixas, propostas ou comentários.

O inquérito foi respondido por 185 trabalhadores. São aqui apresentados os resultados, por questão.

2 – Caracterização da Amostra

O inquérito *online* aos trabalhadores em arqueologia obteve 185 respostas:

- 8,1% dos inquiridos são trabalhadores independentes ainda no ano de isenção, não tendo, até hoje, recebido qualquer valor de ajuda do Estado, embora essa ajuda tenha sido anunciada;
- 48,1% dos inquiridos são trabalhadores independentes (note-se que estes são na sua grande maioria falsos recibos verdes, obedecendo a um horário fixo, hierarquia e trabalhando para a mesma entidade patronal durante vários meses/anos); 15,7% são trabalhadores contratados e 1,1% são bolseiros. Sublinha-se, novamente, a grande precariedade deste sector onde apenas 29,7% dos trabalhadores são efectivos.

Relativamente à representatividade da amostra, salienta-se o efectivo desconhecimento do universo. O inquérito dirigia-se aos “trabalhadores em arqueologia”. Na acepção dos estatutos do STARQ (artigo 2.º), engloba “os trabalhadores do sector da arqueologia a exercer nos âmbitos: investigação, valorização e divulgação, salvaguarda e emergência, conservação e restauro, formação e ensino, arqueociências e técnicas do património, sem prejuízo de novas áreas que sejam criadas ou reformuladas”. Ou seja, engloba arqueólogos, assistentes e técnicos de arqueologia, desenhadores, conservadores-restauradores, técnicos de património, professores, investigadores, bolseiros, antropólogos, arqueozoólogos, paleobotânicos e outros arqueocientistas, etc. O número total destes trabalhadores em actividade em Portugal na actualidade não é conhecido.

Relativamente aos arqueólogos (o subgrupo profissional mais representado na amostra com 78,4%), estima-se que o seu número se situe entre os 1.200 e

1.600 (Disco, 2014, p. 19; Bugalhão, 2017, p. 27³). Considera-se assim que a amostra de 185 indivíduos possa corresponder a cerca de 10% dos trabalhadores em arqueologia, em actividade em Portugal, em 2020.

Relativamente ao género, os valores da amostra são aproximados aos dados conhecidos para os arqueólogos em actividade em Portugal, que atribuem 53% ao género feminino e 47% ao género masculino (Disco, 2014, p. 31; Bugalhão, 2017, p. 27).

No que respeita à idade, os indivíduos que compõem a amostra apresentam valores crescentes até à faixa dos 40 anos a partir da qual se regista uma diminuição brusca. Em 2014 a média de idades era de 37 anos (Disco, 2014, p. 36).

Quanto ao nível habilitacional, os valores relativos de licenciados são inferiores aos registados nos estudos referidos e os de mestres e doutores superiores (Disco, 2014, p. 39; Bugalhão, 2017, p. 24), confirmando a tendência também já diagnosticada.

Relativamente à duração da actividade arqueológica, os indivíduos que integram a amostra revelam valores ligeiramente inferiores aos registados em 2014 (Disco, 2014, p. 32), mas as diferenças não são muito significativas. O intervalo entre 11 e 22 anos de actividade em arqueologia (o mais numeroso) regista 49% em ambos os estudos.

No que respeita ao sector de actividade, a amostra do presente estudo parece registar valores superiores para o sector privado e inferiores para o sector académico, relativamente aos conhecidos para o grupo dos arqueólogos (Disco, 2014, p. 83; Bugalhão, 2017, p. 31).

Por fim, no que respeita ao regime laboral, os valores relativos da amostra revelam algumas discrepâncias em relação aos dois estudos referidos, contudo

³ APA (2014) – DISCO. *Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-14*. Associação Profissional de Arqueólogos, 149 p.
BUGALHÃO, Jacinta (2017) - Arqueólogos Portugueses. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 19-31.

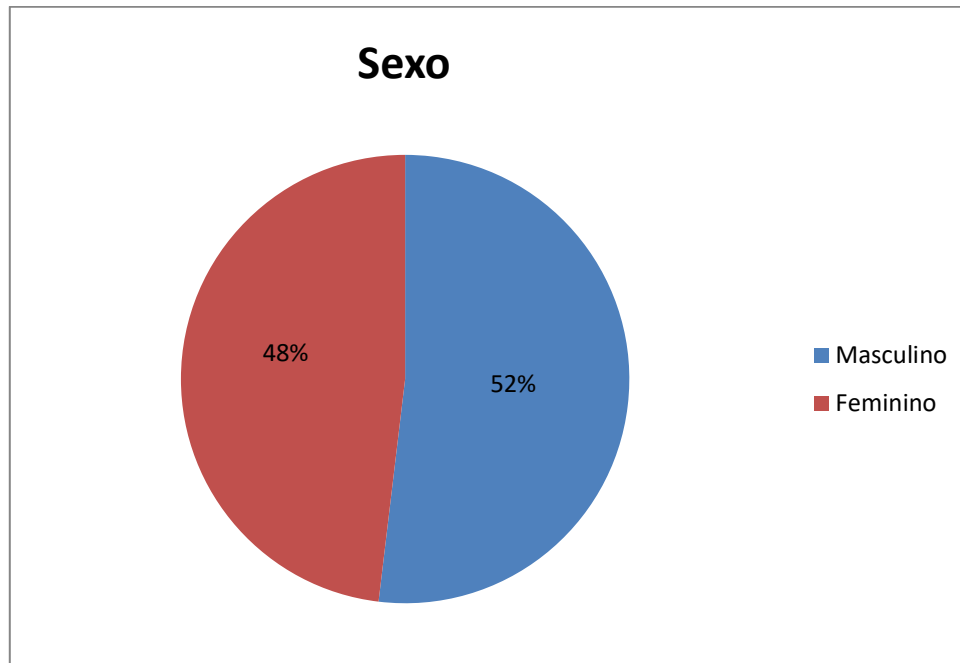


curiosamente, situando-se sempre entre um e outro (Disco, 2014, p. 89; Bugalhão, 2017, p. 31).

Resumindo, sobre a representatividade da amostra, deve referir-se a escassez de dados sobre o universo dos trabalhadores em Arqueologia como um todo. Relativamente aos dados conhecidos sobre o subgrupo dos arqueólogos (o mais numeroso), considera-se que a amostra é tendencialmente representativa do universo, no que respeita ao género, idade, habilitações, duração da actividade em arqueologia, sector de actividade e regime laboral.

3 – Sexo

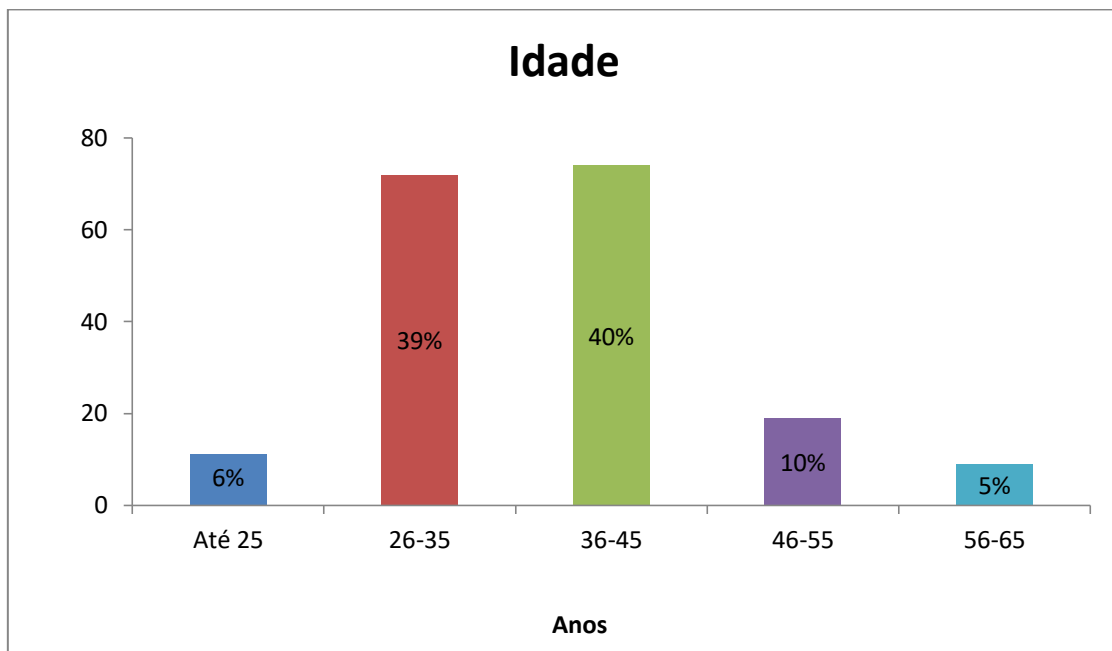
A resposta sobre o género era obrigatória tendo-se registado 185, respostas válidas. Nota-se uma presença quase paritária, como já observado noutros estudos sobre a profissão (Disco, 2014, p. 31; Bugalhão, 2017, p. 27).



4 - Idade

A resposta sobre a idade era obrigatória tendo respondido 185 trabalhadores.

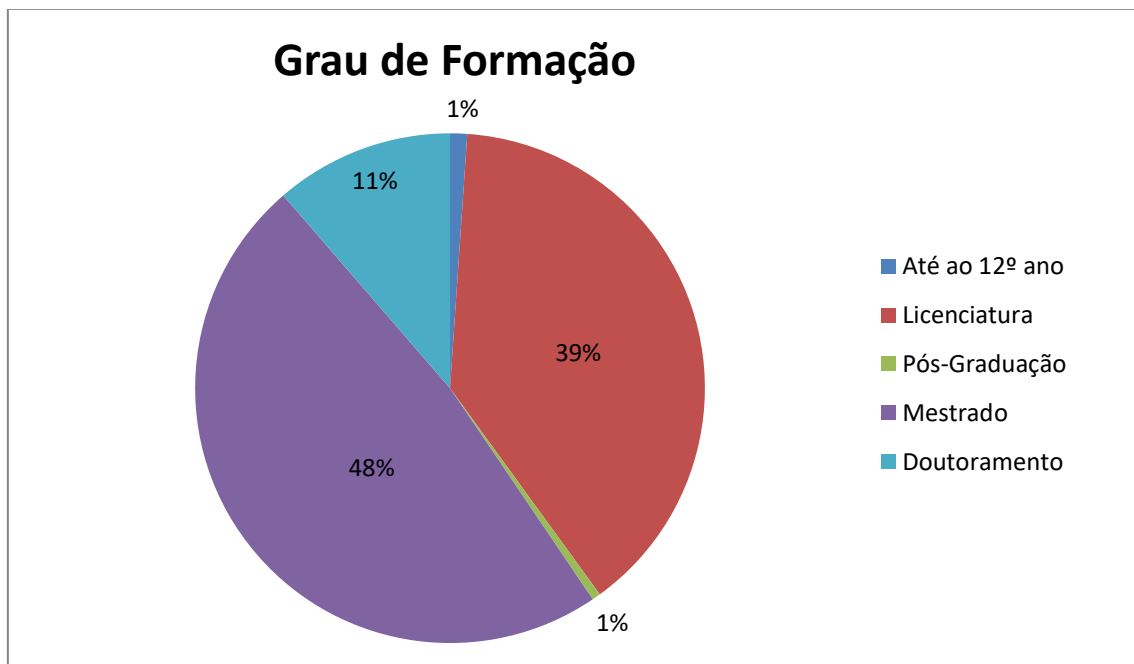
Nota-se uma maior expressão de trabalhadores entre os 26 e os 45 anos, idade especialmente importante no que se refere à constituição de família. Existem também vários trabalhadores numa idade próxima da reforma e um número bastante expressivo de jovens trabalhadores até aos 35 anos (45%). Estes jovens estão numa fase inicial da sua vida laboral e em posição de maior fragilidade.



5 – Grau de formação

A resposta sobre o grau de formação era obrigatória tendo respondido 185 trabalhadores.

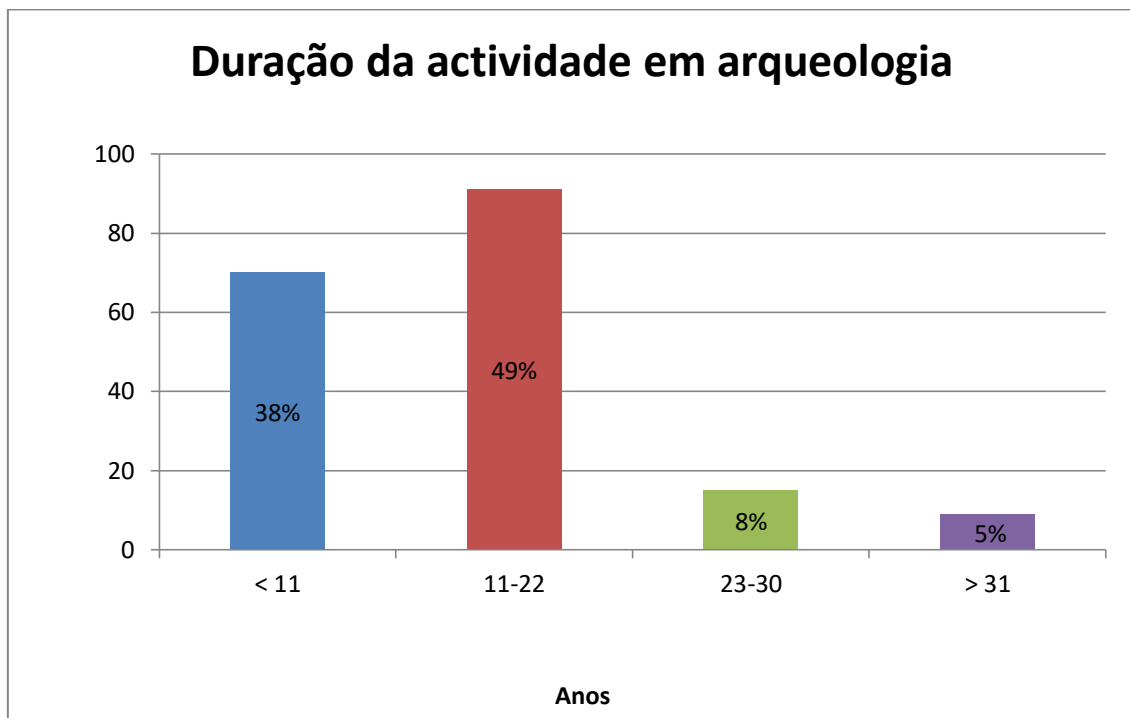
É notório, pelas respostas desta amostra, o grande grau de qualificação do sector, com 99% dos inquiridos com grau de formação superior e 59% dos inquiridos com mestrado ou doutoramento.



6 – Duração da actividade em arqueologia

A resposta sobre a duração da actividade em arqueologia era obrigatória tendo respondido 185 trabalhadores.

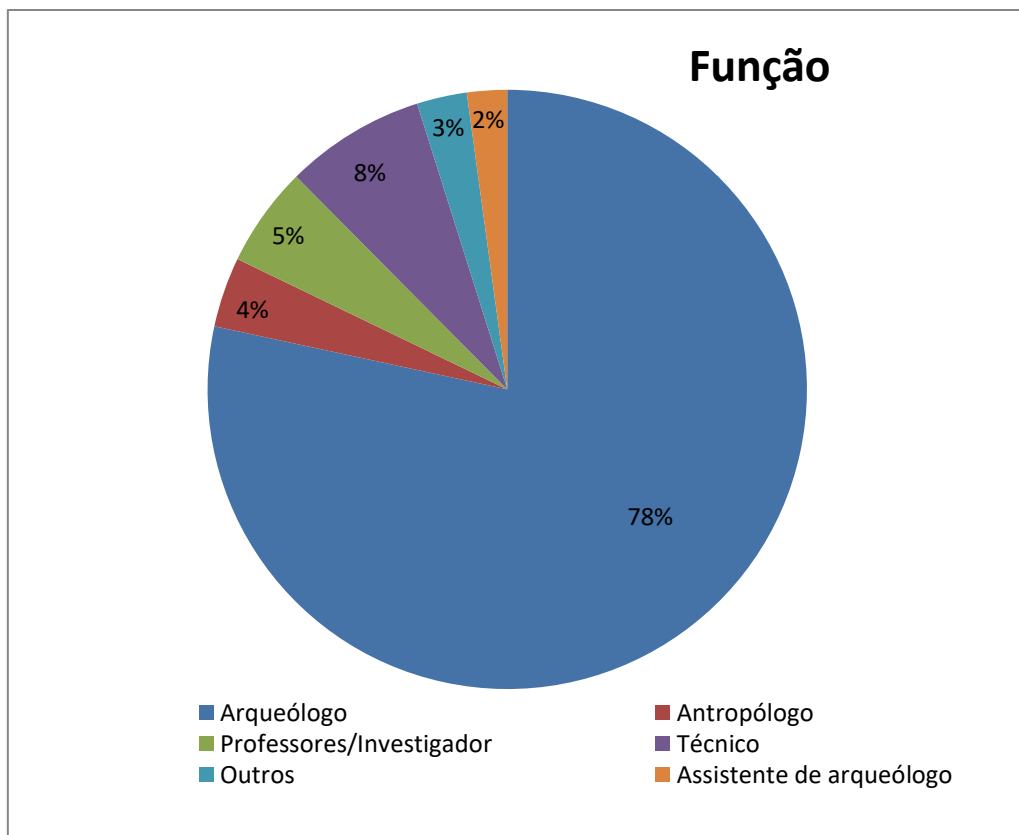
Dos inquéritos salta à vista que, embora jovens, muitos trabalhadores, trabalham em arqueologia entre 11 a 22 anos. A quebra provocada pela crise das dívidas soberanas revela-se eventualmente na dimensão ligeiramente menor do grupo com actividade profissional até 11 anos (quebra de que o sector estava, neste momento, a recuperar com o ingresso de muitos jovens trabalhadores).



7 – Função exercida

A resposta sobre a função exercida em arqueologia era obrigatória tendo respondido 185 trabalhadores.

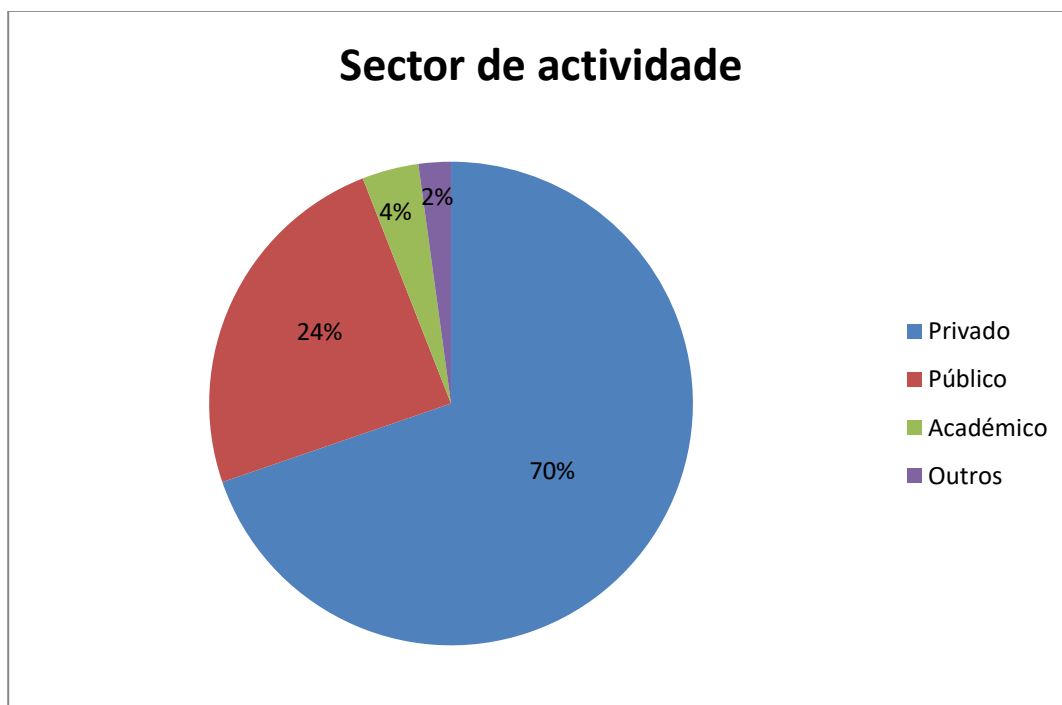
Dos inquiridos, 78% assume-se como arqueólogo. Destacam-se também outras actividades como antropólogos, professores/investigadores e técnicos de arqueologia/assistentes de arqueólogo que perfazem 19% das respostas.



8 – Sector de actividade

A resposta sobre o sector de actividade onde actuam os trabalhadores era obrigatória tendo respondido 185 trabalhadores.

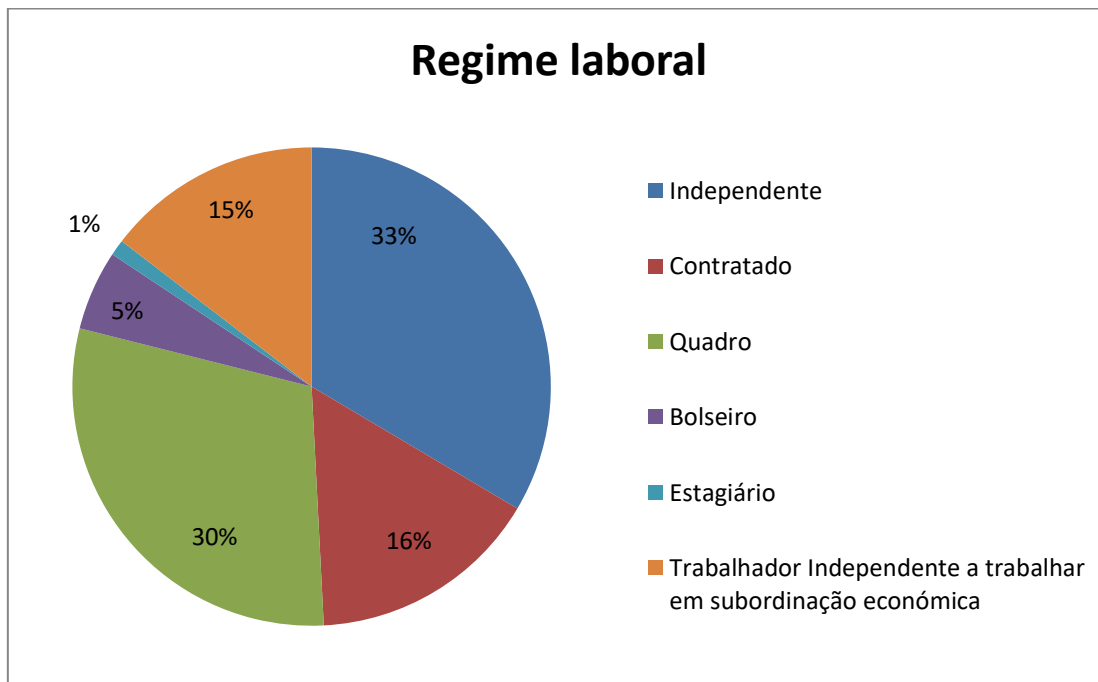
É evidente o peso do sector privado no contexto laboral em Arqueologia com 70% dos inquiridos a trabalharem nesta área. O grande contrapeso a esta situação é a expressividade do sector público com 24% dos trabalhadores. A academia, embora em terceiro lugar, é, ainda assim, importante, sabendo o STARQ que muitos destes trabalhadores são bolseiros, razão pela qual se movimentam igualmente entre o sector público e privado, para além da actividade de investigação. Aliás a grande instabilidade laboral é também um traço muito característico deste grupo profissional (Bugalhão, 2017).



9 – Regime laboral

A resposta sobre o enquadramento do regime laboral dos trabalhadores era obrigatória tendo respondido 185 inquiridos.

Em linha com a precariedade do sector, 48% dos inquiridos afirmam trabalhar como independentes, sabendo o STARQ que grande parte destes trabalhadores são falsos recibos verdes, obedecendo a um horário e estrutura hierárquica. Pela divisão entre independentes com e sem subordinação económica parece-nos que existe um grande desconhecimento dos próprios trabalhadores de como se identifica essa subordinação. A estes trabalhadores juntam-se 16% de contratados não efectivos, 5% de bolseiros e 1% de estagiários o que resulta numa percentagem de 70% de trabalhadores em situação de precariedade laboral no sector.



10 – Pandemia COVID-19

No que respeita às questões relativas à pandemia do COVID-19, os resultados do inquérito revelam:

- Em relação ao momento actual 41,1% dos inquiridos afirmam estar a trabalhar normalmente (face a 34,2%) no inquérito anterior e 28,6% estão em teletrabalho (face a anteriores 33,2%). Nota-se de Março para Maio um ligeiro regresso ao trabalho normal e um decréscimo de teletrabalho. Dos restantes, 5,9% estão desempregados, 4,9% encontram-se com actividade reduzida e 4,3% encontram-se dispensados da sua actividade, mantendo o vínculo, mas sem direito a remuneração (o que constitui uma ilegalidade). Os restantes 15,2% registaram estar em várias situações de redução ou suspensão de rendimentos (em casa com filhos menores de 12 anos, em *lay-off*, em isolamento voluntário, etc).
- 19,5% dos inquiridos manifestaram vontade de solicitar ou já solicitaram um apoio social devido à pandemia de COVID-19.
- Desses apoios, 71,4% dos inquiridos pensam solicitar o apoio a trabalhadores independentes que vejam a sua actividade reduzida ou interrompida; 20% pensa solicitar o apoio para pais de filhos menores de 12 anos e 8,6% considera solicitar subsídio de desemprego.
- 18,4% dos inquiridos considera ter existido redução de pessoal na sua entidade empregadora (22,2% não sabe e 59,5% consideram que não houve redução).
- Dos que assinalaram redução de trabalhadores 44,1% referem a dispensa de actividade e 17,6% por caducidade de contratos.

- Em resposta à questão sobre as condições de segurança e higiene no local de trabalho 43,8% consideram que não estão a ser cumpridas.
- Dos inquiridos que estão em teletrabalho 28,3% considera estar a trabalhar mais horas do que o normal horário de trabalho e 90,8% revelam não ter sentido perda de rendimentos por se encontrar em trabalho remoto. Ainda assim, 79,5% assinala não ter recebido qualquer apoio em matéria de organização do posto de trabalho (fornecimento de equipamentos ou material de escritório, subsídio para despesas de electricidade, entre outros).
- Questionados sobre se sentiram uma redução dos seus rendimentos em Abril, 32,4% respondeu positivamente. Já na perspectiva dos próximos três meses 29,2% considera que os seus rendimentos podem vir a sofrer reduções.

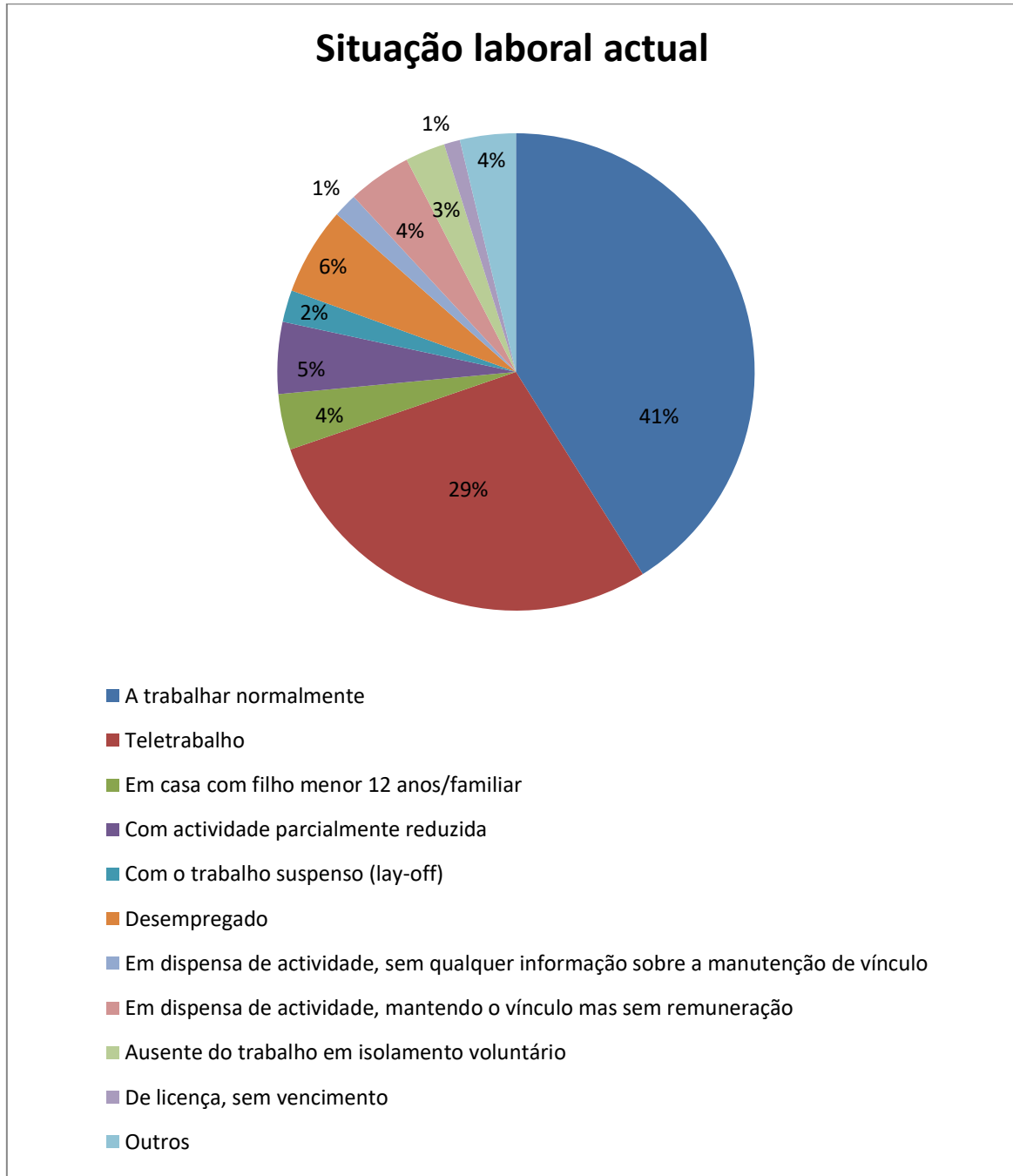
10.1 – Situação laboral actual

A resposta sobre a situação laboral actual dos trabalhadores era obrigatória tendo respondido 185 inquiridos.

Segundo o inquérito, 70% dos trabalhadores encontra-se a trabalhar, seja de modo normal, seja em teletrabalho. Esta percentagem é justificada pela não paragem sector da construção civil. No entanto, o facto de permanecerem em actividade gera insegurança entre os trabalhadores de Arqueologia, já que as medidas de higiene e segurança na prevenção da Covid-19 nem sempre estão a ser implementadas em estaleiros e obras.

Assim, 30% encontra-se sem rendimentos ou com os rendimentos reduzidos (no anterior inquérito eram 29%). Fazemos notar os 6% de desempregados, que mostra uma subida em relação ao anterior relatório, mas que sabemos não serem representativos do sector já que os falsos recibos verdes nem sempre conseguem aceder ao subsídio de desemprego, mas

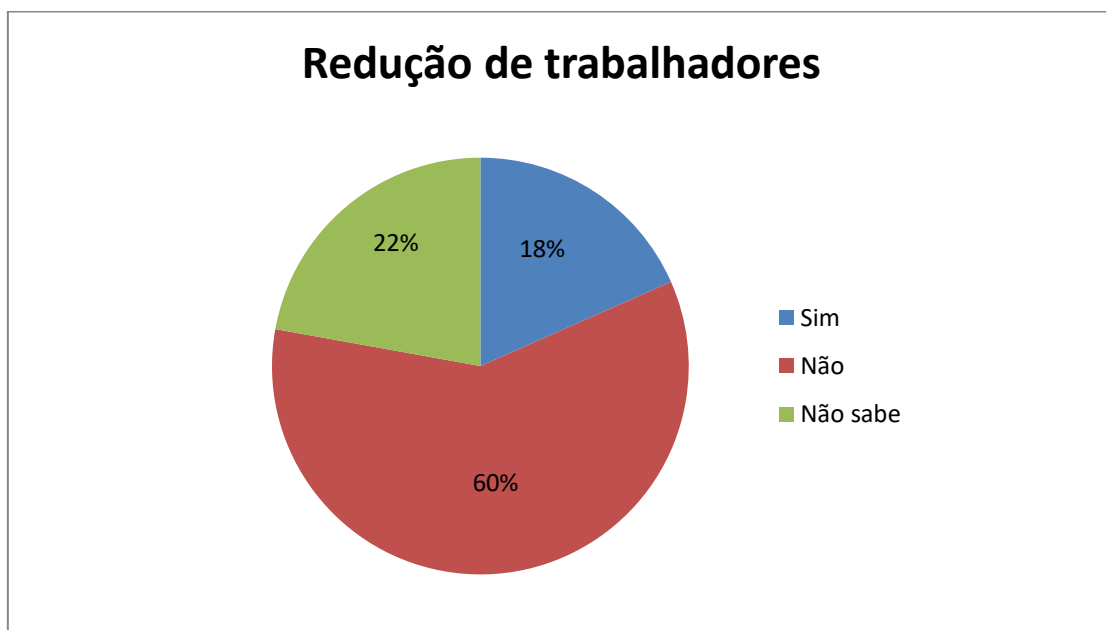
permanecem em casa, em isolamento, por não se sentirem seguros no local de trabalho.



10.2 - Sobre a redução de pessoal nas entidades empregadoras

A questão “Houve redução de pessoal na sua entidade empregadora” era obrigatória tendo respondido 185 inquiridos.

Quando inquiridos, 18% dos trabalhadores consideraram que na sua entidade empregadora teria ocorrido uma redução de pessoal desde o aparecimento da pandemia do Covid-19. Deve ressaltar-se que há várias razões para se considerar este um valor mínimo já que muitos trabalhadores, por exercerem a sua actividade numa empreitada localizada longe da sede ou por estarem em teletrabalho não sabem se essa redução pode ter acontecido (22,2%). Pode dar-se também o caso de os trabalhadores a falsos recibos verdes se sentirem como *outsiders* nas empresas onde, de facto, trabalham, não considerando terem uma “entidade empregadora”.

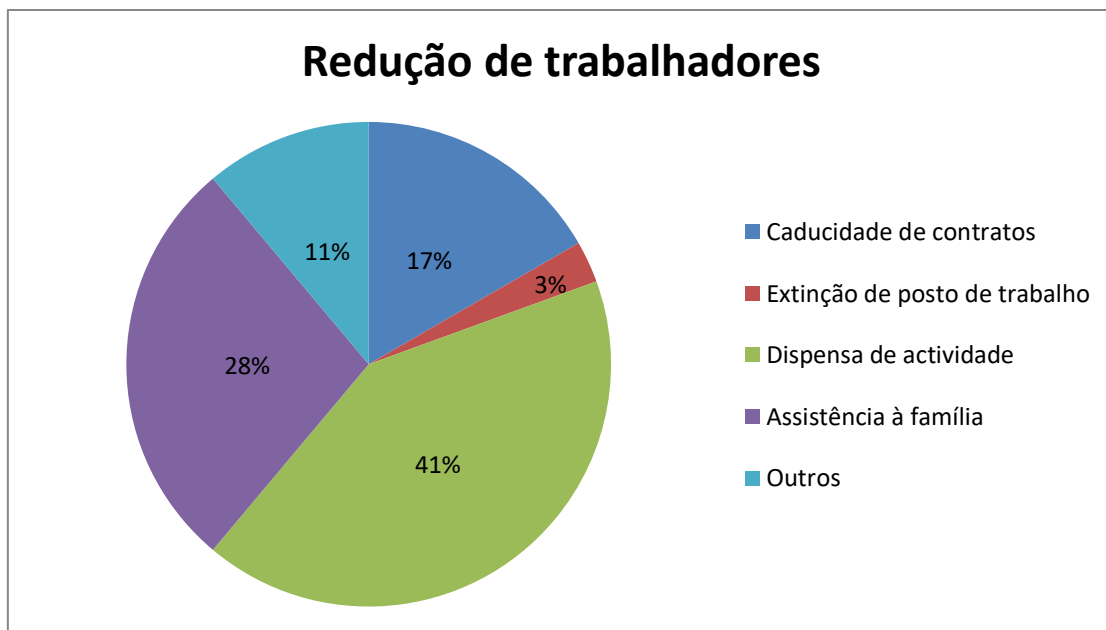


10.3 - Sobre o tipo de solução que levou à redução de pessoal nas entidades empregadoras

A resposta a esta questão era facultativa tendo respondido 34 inquiridos.

O motivo de dispensa mais mencionado é a “dispensa de actividade” (42%), seguido da assistência à família, via apoio estatal (28%) e da caducidade de contratos (17%).

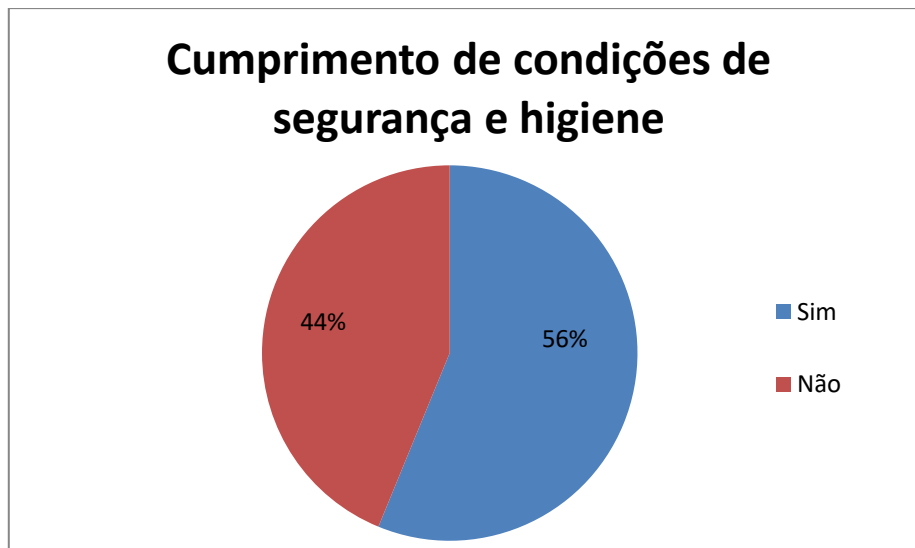
Estes dados demonstram a precariedade do sector e a gravidade da situação laboral em que os trabalhadores se encontram já que só os trabalhadores que estão a prestar assistência à família têm o seu rendimento pago a 66%. Aqueles que não viram o seu contrato renovado e os que foram dispensados sem outros motivos podem ou não conseguir aceder ao subsídio de desemprego.



10.4 - Sobre o cumprimento das condições de higiene e segurança no trabalho

A resposta à questão “Se está a trabalhar no campo, sente que as condições de segurança e higiene no trabalho estão a ser cumpridas?” era facultativa tendo respondido 121 inquiridos.

Conclui-se que ainda falta fazer muito para o cumprimento adequado das condições de segurança e higiene no trabalho, uma vez que 44% dos inquiridos expressam que estas estão ausentes. Consideram-se estes números muito graves já que os trabalhos em Arqueologia, normalmente desenvolvidos em empreitadas de construção civil, fomentam a partilha de ferramentas e espaços, o que os torna especialmente propícios à transmissão da COVID-19.



10.5 - Sobre o número de horas de trabalho em regime de teletrabalho

A resposta à questão “Se está em teletrabalho ou trabalho de gabinete, sente que está a trabalhar mais horas do que o normal horário de trabalho?” era facultativa tendo respondido 92 inquiridos.

Destes inquiridos 28% considera estar a trabalhar mais horas do que o seu normal horário de trabalho.



10.6 - Sobre a perda de rendimentos em regime de teletrabalho

A resposta à questão “Se está em teletrabalho teve perda de rendimento?” era facultativa tendo respondido 76 inquiridos.

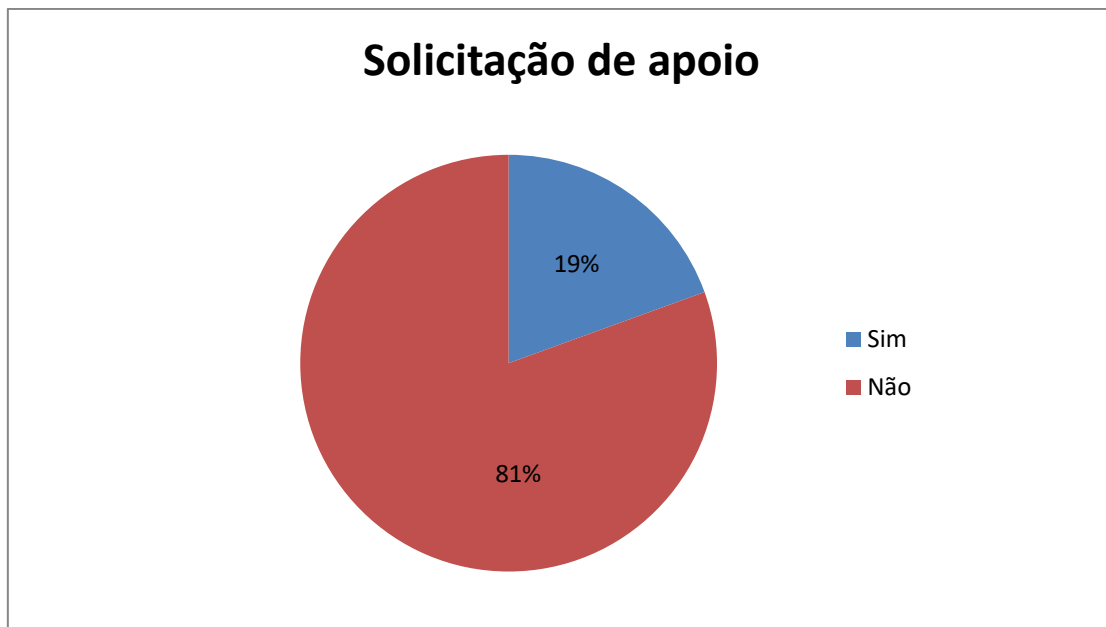
Os trabalhadores não consideram ter perdido rendimentos em regime de teletrabalho. Esta percepção pode relacionar-se com a manutenção do posto de trabalho/rendimento que a passagem ao teletrabalho possibilitou.



10.7 – Sobre a solicitação de apoio laboral/social no âmbito da crise pandémica

A resposta à questão “Vai solicitar, ou já solicitou, algum apoio social/familiar/ao trabalho já aprovado pelo Governo no âmbito da situação excepcional da Pandemia da Covid-19 ou mesmo algum apoio social de âmbito normal?” era obrigatória tendo respondido 185 inquiridos.

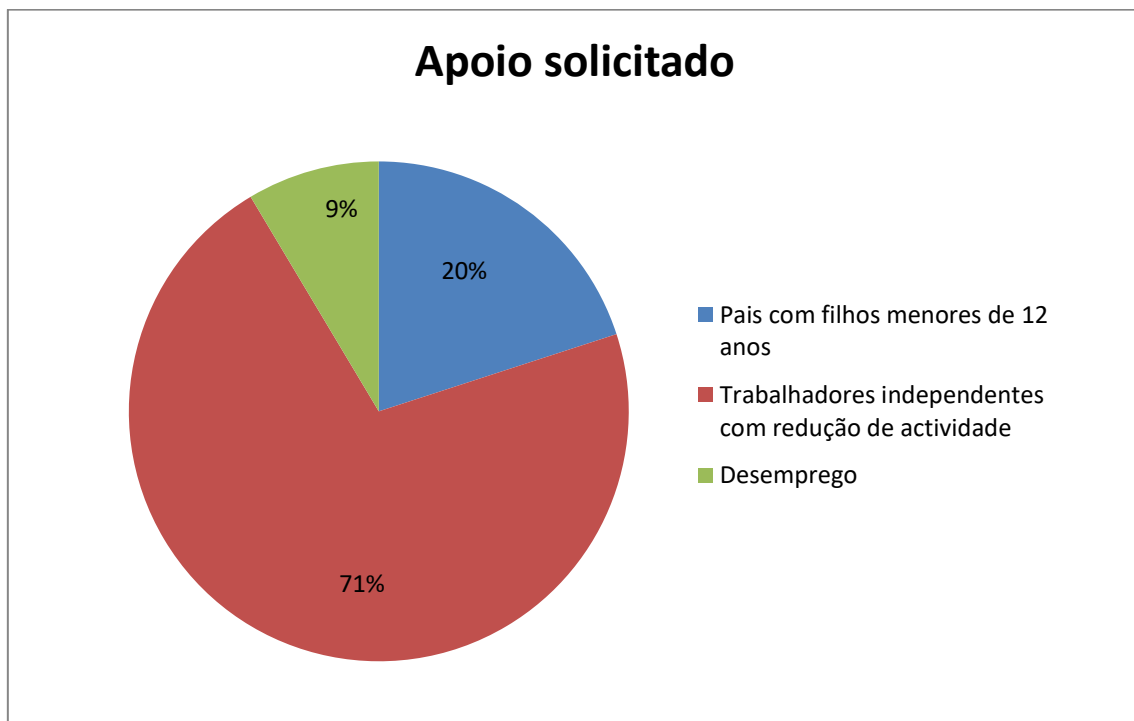
Cerca de 19% dos inquiridos equacionam recorrer ou já solicitou um apoio social disponibilizado pelo governo no âmbito da resposta à pandemia da COVID-19 (no inquérito anterior 28% consideravam recorrer ou tinham recorrido a estes apoios).



10.8 – Qual o apoio social/laboral solicitado

A resposta à questão sobre o tipo de apoio a solicitar pelos trabalhadores era facultativa tendo respondido 35 inquiridos.

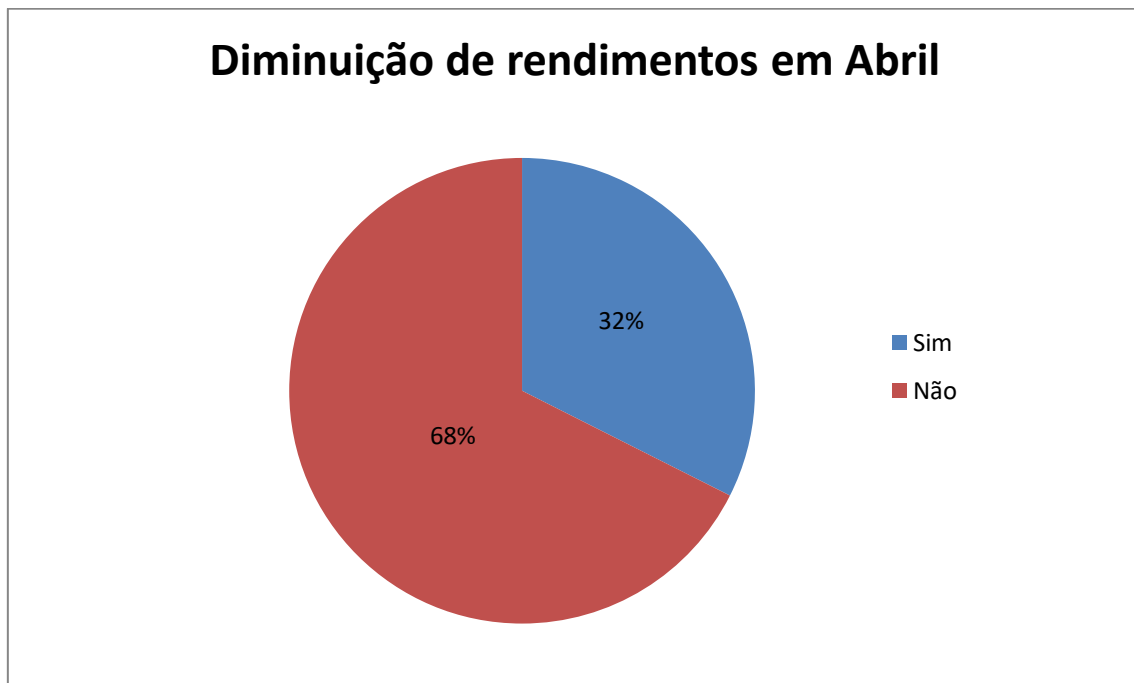
O apoio a trabalhadores independentes com redução de actividade é referido por 71% dos trabalhadores que responderam a esta questão. Cerca de 20% referem que recorreram ao subsídio para pais com filhos menores de 12 anos. Destaque-se que mesmo em presença destes apoios extraordinários, 9% dos trabalhadores que responderam a esta questão referem que recorreram ao subsídio de desemprego, um aumento ligeiro face aos 7% registados no inquérito anterior.



10.9 – Opinião sobre a diminuição de rendimento em Abril

A resposta à questão “Considera que o seu rendimento diminuiu, em Abril, em relação ao período pré-Pandemia?” era obrigatória tendo respondido 185 inquiridos.

Cerca de um terço dos inquiridos (32%) considera que o seu rendimento diminuiu em Abril, estes números estão de acordo com o verificado noutras questões sobre a situação actual dos trabalhadores e os apoios solicitados.



10.10 – Opinião sobre a diminuição de rendimento em nos próximos três meses

A resposta à questão “Considera que nos próximos 3 meses vai ter o seu rendimento diminuído em relação ao período pré-pandemia?” era obrigatória tendo respondido 185 inquiridos.

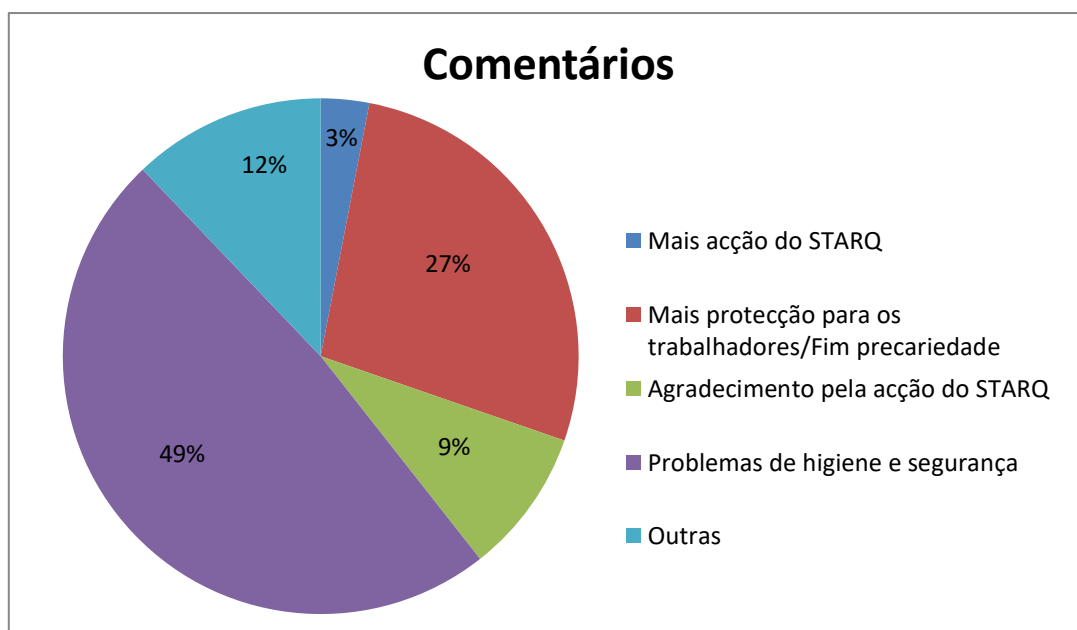
Novamente, cerca de um terço dos inquiridos (29%), considera que o seu rendimento poderá vir a sofrer uma redução nos três meses que se seguem ao preenchimento do inquérito (Junho, Julho e Agosto).



11– Comentários/Queixas/Propostas

Foi facultada uma caixa de resposta livre aos participantes que quisessem deixar algum comentário, queixa ou proposta no âmbito do questionário e da situação laboral em arqueologia. Foram deixadas 30 mensagens, o que corresponde a 16,2% dos inquiridos. Tentou-se sintetizar o âmbito dos vários comentários sendo que alguns podem abranger mais que uma categoria.

Há um claro predomínio de queixas sobre a ausência de higiene e segurança nos locais de trabalho (49%). Estas queixas sofreram um incremento considerável já que no anterior relatório contavam 33%. Assim sendo, o STARQ depreende que as condições de higiene e segurança e a sua percepção sofreram um agravamento face ao período abrangido pelo anterior inquérito. Mais uma vez, no entanto, estas queixas são pouco concretas. O STARQ considera que a ausência de referência a locais/empresas onde ocorreram estes atropelos se deve à situação de enorme precariedade dos trabalhadores que revelam receio de ser identificados por procederem às denúncias.



12 – Considerações Finais

Nos contactos dos seus associados, o STARQ manifesta a grande procura de esclarecimentos sobre os apoios divulgados pelo Governo (usualmente de forma pouco clara), sobretudo por parte de trabalhadores precários. Estas medidas tardam também a ser colocadas em prática e normalmente são alvo de acertos/alterações, fomentando grande confusão nos trabalhadores. Considera-se também que existe um grande número de trabalhadores em teletrabalho, o que poderá requerer adaptações futuras (quer nos hábitos quer na legislação).

No anterior inquérito os trabalhadores de arqueologia assinalaram dois grandes problemas:

1) A falta notória e constante do cumprimento de medidas de higiene e segurança nos seus locais de trabalho (empreitadas de construção civil), sem acesso a sanitários, água corrente e sabão/desinfectante de base alcoólica, assim como incumprimento da distância social e etiqueta respiratória, sem a devida intervenção hierárquica mitigadora. Como agravante, em muitos casos, os directores de obra e técnicos de segurança abandonaram o local da obra (por se encontrarem eles próprios em teletrabalho). Para o STARQ esta situação é consideravelmente generalizada e reveste-se de enorme gravidade, tanto para a saúde individual (física, psicológica e anímica) dos trabalhadores, como em termos de saúde pública.

https://docs.google.com/forms/d/1Bi67dcxQOk1PGvuog8xHJVetdy_8CK4kUP6eTO28FCc/edit?no_redirect=true&pli=1



2) A actuação da tutela (DGPC e Direcções Regionais de Cultura) tem vindo a ser muito criticada, tendo gerado um sentimento de abandono nos trabalhadores. Os serviços directos estão em grande parte desactivados não tendo sido definidos os procedimentos de excepção que se impunham, ou comunicados aos trabalhadores de forma eficaz (todos os trabalhadores estão registados num sistema “Portal do Arqueólogo” que permite o envio de mensagens em massa). Assim, os trabalhadores não só deixaram de ser acompanhados no local de trabalho, como não conhecem de forma clara as adaptações que têm que desenvolver nos procedimentos e contactos correntes que mantêm com a tutela. A medida de suspensão dos prazos de deferimento tácito não foi alvo do adequado esclarecimento, tendo motivado junto dos trabalhadores (e empresas) dificuldade na gestão de recursos, porque não sabem quando começarão os novos trabalhos.

Destes, os problemas com a tutela, nomeadamente com a DGPC, parecem ter sido minorizados face à evidente degradação das condições de segurança e higiene no trabalho. Estas queixas, recorde-se, feitas aquando do preenchimento do inquérito em Maio, revelaram-se certas, já que actualmente um dos maiores focos pandémicos situa-se nos trabalhos de construção civil.

Em suma, o sector da Arqueologia está activo, mas com uma diminuição no número de trabalhadores, sendo imediatamente afectados os trabalhadores independentes. A já mencionada fragilidade laboral dos trabalhadores aparenta funcionar como mecanismo de silenciamento. Embora cheguem ao STARQ denúncias, estas omitem frequentemente os locais precisos/empresas envolvidas, o que condiciona a actuação do STARQ.

O STARQ continua assim a sublinhar a importância de:



- Implementação de mais medidas de apoio e protecção dirigidas aos trabalhadores independentes.
- Denúncia à ACT e DGS de casos de incumprimento das medidas profiláticas contra a COVID-19, que se estendem a todo o sector da construção civil.

Ficha Técnica

Este relatório baseia-se nos resultados de um inquérito *online* que decorreu entre os dias 8 e 25 de Maio de 2020. Foi coordenado pela direcção do Sindicato de Trabalhadores em Arqueologia (STARQ).

O universo da sondagem é constituído por indivíduos com idade igual ou superior a 21 anos, residentes em Portugal com dispositivos de acesso à internet, que considerem ser trabalhadores na área da Arqueologia.

Não houve selecção de respostas tendo todas (100%) sido consideradas válidas por cumprirem os parâmetros mínimos de resposta e credibilidade da informação.

Nos gráficos apresentados, todas as percentagens são arredondadas à décima.